

NOVOS RECORTES TERRITORIAIS: A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA SDT/MDA

Sandro Augusto Viégas Leão¹ – CPDA/UFRRJ
savleão@yahoo.com.br

Um novo olhar sobre as políticas públicas e os processos de desenvolvimento do espaço rural vem sendo debatidos no Brasil e no mundo. A agricultura familiar, a multifuncionalidade da agricultura, as atividades não-agrícolas rurais e desenvolvimento territorial rural, entre outros, são discussões que em parte, parecem buscar reaproximar o processo de desenvolvimento rural das demandas e expectativas dos atores locais/regionais. Entre as mais recentes experiências de políticas públicas destacamos, a política de desenvolvimento territorial conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que integra a estrutura institucional do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreender a dinâmica que originou o processo criação da SDT e a nova institucionalidade que dela tem resultado. Procura-se compreender como a criação dos chamados ‘territórios rurais’ tornou-se um instrumento referencial para o subsídio de formulações de políticas públicas rurais do país. O desenvolvimento territorial é apresentado como um mecanismo de articulação, integração entre a sociedade civil, movimentos sociais e o poder público, enquanto um mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais capaz de reduzir as desigualdades regionais (MDA, 2003). A SDT trouxe em seu âmbito o desenvolvimento de uma nova institucionalidade e de novos espaços de interlocução entre os diferentes atores que se articulam e/ou se confrontam a partir dos distintos interesses, além de criar um novo recorte territorial com profundas implicações espaciais, econômicas, sociais e ambientais.

Quadro Teórico

Em uma análise de política pública, é necessário partir de parâmetros conceituais, para dar sustentação teórico-metodológica ao estudo. Nesta linha de abordagem Frey (2002) e Lamonier (1994) buscam discutir alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas, e apresentam como elementos fundamentais: as arenas decisórias; o contexto institucional e o perfil dos atores relevantes. Apesar dos estudos sobre políticas públicas tradicionalmente se centrarem na análise dos resultados, buscando avaliar se as estratégias políticas estão resolvendo os problemas que são o alvo principal da criação dos programas, Frey (2002) entende que não se pode restringir o estudo sobre o conteúdo de planos, programas e projetos setoriais, e utilizando a abordagem de *policy analysis* ele amplia a perspectiva de

¹ Economista, mestrando do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, bolsista da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia.

análise das políticas buscando compreender “a *inter-relação entre instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política*” (Windhoff-Héritier apud Frey, 2002, p. 207).

Neste sentido a análise teórica deste estudo tratará de duas questões centrais: 1) a concepção da política de desenvolvimento territorial, baseada principalmente nos trabalhos de SARACENO (2001), CAZELLA E ROUX (1999), WANDERLEY (2000), VEIGA (2001), ABRAMOVAY (1998, 2003), SCHEJMAN E BERDEGUÉ (2003); 2) o ambiente institucional da criação de novas estruturas políticas (conselhos, câmaras técnicas, oficinas, comissões de implantação de ações territoriais), e os limites, possibilidades e desafios que se colocam para o desenvolvimento territorial, tomando como base à política de desenvolvimento territorial da SDT. Busca-se nos trabalhos de DAGNINO (2002), SILVA e SCHNEIDER, (2004) discutir o processo de relação entre Estado e sociedade civil e a construção de espaços públicos no Brasil, tendo como referência às novas estruturas políticas decorrentes da política de desenvolvimento territorial levada a cabo pela SDT, assim como o ambiente institucional de disputas políticas, territoriais e econômicas.

Metodologia

Realizarei um levantamento bibliográfico e utilizarei fontes secundárias: Efetuar-se-á uma revisão bibliográfica sobre o tema, buscando dimensionar e compreender os principais aspectos deste estudo: políticas públicas de enfoque territorial e sua institucionalidade. O principal propósito desta revisão é encadeá-la ao referencial teórico para que seja possível compreender os processos existentes e como estes interferem no local. Além disso utilizarei documentos oficiais do governo buscando confrontar as metas e objetivos iniciais com os resultados já existentes e o estado atual da política.

Resultados

Os resultados observados revelam um conjunto transformações que as instituições de governo local/territorial vêm sofrendo, entendidas como mudanças nas arenas decisórias e na participação relativa dos atores envolvidos, que tem se materializado nos seguintes processos: progressiva descentralização das políticas públicas; institucionalização de mecanismos que combinam os princípios da democracia representativa com a democracia direta; a instituição de um sistema político redistributivo. Por outro lado existe uma superposição das políticas públicas; diminuição dos recursos e/ou maior disputas por eles.

Bibliografia

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: Condraf/NEAD, 2003.

FREY, K. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, jun., 2002.

LAMOUNIER, Bolívar (coord.). **Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão**. Brasília: IPEA, 1994.